

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA TERCEIRA IDADE: UM ESTUDO APLICADO

Jorge Leandro Delconte Ferreira, (UNESPAR/FECILCAM), jorge.leandro.professor@gmail.com

RESUMO: A pesquisa ora apresentada foca como tema central a Educação Financeira. De forma específica, foi investigado o grau de Educação Financeira de pessoas com 60 anos ou mais, no município de Peabiru - PR. O objetivo geral traçado para a pesquisa foi verificar o grau de conhecimento de instrumentos e conceitos relacionados a finanças e ao uso do dinheiro, bem como a aferição se tais conhecimentos são efetivamente aplicados nas decisões cotidianas. Metodologicamente a pesquisa é caracterizada como empírico-positivista, de cunho exploratório. Os dados sugerem diferenças significativas no grau de Educação Financeira em função do gênero e da escolaridade, e ainda apontam não haver correlação entre renda e hábitos de poupança.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação Financeira; Orçamento Familiar; Terceira Idade.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho ocupou-se de investigar características de Educação Financeira nos idosos do município de Peabiru. Para tanto, baseou-se no problema de pesquisa: Quais as características de consumo e o nível de Educação Financeira dos idosos do município de Peabiru, no estado do Paraná?

A pesquisa ora descrita encontra-se vinculada às pesquisas conduzidas pelo GEPECONT – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Conhecimento e Tecnologias, fazendo parte da linha Educação para Finanças e Empreendedorismo. As pesquisas realizadas pelo grupo em tal linha de pesquisa buscam construir um banco de pesquisas sobre Educação Financeira para diversos grupos sociais, tais como jovens, adolescentes, estudantes, e também pessoas da terceira idade, e já possui alguns estudos realizados nos anos de 2009 e 2010.

Assim, o primeiro fator que justifica a realização da presente proposta é o de ela contribuir para a ampliação do banco de pesquisas do GEPECONT de forma a agregar novos conhecimentos que contribuam para a formulação de ações e intervenções relacionadas ao tema nas escolas e em outros espaços de uso coletivo.

A Educação Financeira no Brasil é um tema pouco abordado. Não apenas pouco investigado, por meio de pesquisas científicas, mas também pouco trabalhado como conteúdo estruturado na rede pública de ensino. Todavia, os indivíduos, bem ou mal, desenvolvem ao longo da vida algum grau de Educação Financeira. Conhecer mais essa realidade pode criar oportunidades para que a Universidade coloque em prática ações que contribuam para que esse tema seja mais explorado tanto com o público discente quanto com a comunidade em geral, e de maneira cada vez mais intensa e adequada.

Além disso, espera-se que, com esta pesquisa, se possa provocar o público investigado (idosos) a refletir sobre o assunto. Essa pesquisa é de fundamental importância para integrantes da terceira idade do município de Peabiru, pois estes poderão identificar possibilidades de ampliar seu

nível de Educação Financeira e assim conseguir 'fazer mais com menos'. Parte-se do pressuposto que, se o grau de Educação Financeira de uma pessoa for elevado, ela conseguirá maior satisfação (em termos econômicos e mercadológicos), independente de variações em sua renda familiar.

Outro fator que, conjugado aos apresentados anteriormente, justifica a realização da presente investigação é poder construir um conjunto de informações a respeito de temas relacionados à Educação Financeira de forma a possibilitar intervenções acadêmicas que propiciem tanto aos docentes da Universidade quanto aos acadêmicos conhecimentos mais estruturados e objetivos sobre o assunto, e ainda a produção de contribuições relevantes, do ponto de vista social. Dessa forma, pode-se contribuir para a realização do papel essencial da Universidade, que é o de transformar, por meio da interação, o meio social onde se insere.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Financeira pode ser compreendida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida (PINHEIRO, 2011). Em outras palavras, a OCDE (2005) afirma que é por meio da Educação Financeira que os indivíduos aperfeiçoam a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Mesmo para pessoas jovens, a Educação Financeira é importante e necessária. Isso porque, embora as pessoas com idade inferior à mínima necessária para entrar no mercado não tenham renda, elas consomem produtos e serviços, como pode ser observado na figura 1. Assim, a Educação Financeira pode proporcionar condições de intensificar o consumo consciente. Dessa maneira, pode-se combater as deficiências de Educação Financeira nas suas duas manifestações mais perniciosas, segundo SOUZA e TORRALVO (2011): a discrepância entre rendimentos e desembolsos e a baixa cultura de poupança.

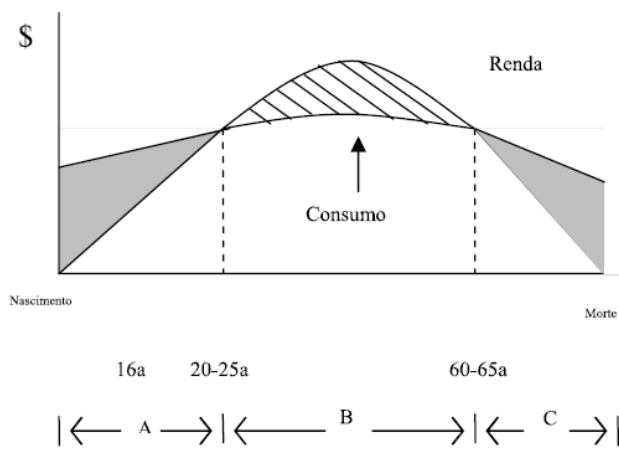


Figura 1: Ciclos de Vida Econômica de um Indivíduo

Fonte: CLARK, 2004, apud PINHEIRO, 2011.

A Educação Financeira vem sendo mais desenvolvida em alguns países como Estados Unidos e Reino Unido. Esses países têm várias instituições envolvidas no processo de capacitação financeira de suas populações. Essa conscientização da população ganha força nas escolas. O exemplo dos Estados Unidos é significativo, dado que, segundo SAITO, SAVOIA e PETRONI (2011), mais da metade dos estados daquele país tornaram a Educação Financeira conteúdo obrigatório nas escolas secundárias, ainda na primeira metade da década de 80. As políticas educacionais de países que contemplam a Educação Financeira visam, evidentemente, a instrumentação de pessoas mais críticas, que possam dessa forma ter uma ação mais consciente, tanto na dimensão de consumo quanto na de poupança.

No Brasil a Educação Financeira não vem sendo tão desenvolvida, quanto em outros países. Ainda temos um baixo nível de Educação Financeira em nossa população, e são poucos os investimentos nessa área. Segundo SAVOIA, SAITO e SANTANA (2007) a explicação para essas diferenças entre o Brasil e os países citados está na compreensão de fatores, históricos, culturais, bem como da responsabilidade das instituições no processo de educação financeira. Os autores afirmam que, no Brasil, as autoridades não exercem a função de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro. Esse vácuo gerado pela ineficiência das políticas educacionais nesse âmbito é aproveitado por organizações privadas, como a Bovespa, e algumas empresas e bancos. Embora tais ações sejam louváveis, são também insuficientes para alterar a situação vigente da população (SAVOIA, SAITO e SANTANA, 2007, p. 1125).

De acordo com KERN (2009) a importância da Educação Financeira está na compreensão e inteligência de ler e interpretar números e assim transformá-los em informação para elaborar um

planejamento financeiro que garanta um consumismo saudável e o futuro equilibrado nas finanças pessoais.

Se a pessoa tem um nível médio de conhecimento sobre Educação Financeira ela tem poucas possibilidades de ser uma pessoa super endividada, e pode ter um maior controle em relação ao consumismo exagerado, esta pessoa só terá benefícios conhecendo a educação financeira. Porém quanto menor o nível de educação financeira, maiores são as possibilidades de termos pessoas super endividadas e super consumistas, sendo assim pessoas menos capacitadas para lidar com dinheiro e com o mundo financeiro, por onde todas as pessoas passam com menor ou maior nível de capacitação.

No que diz respeito à terceira idade, percebe-se um movimento predominante em escala mundial de envelhecimento da população. Dois fatores são determinantes para isso: por um lado, a redução das taxas de natalidade (em especial nos países mais desenvolvidos), e por outro, a expansão da expectativa de vida, em virtude dos progressos da medicina preventiva e curativa, e também em relação ao aumento das preocupações com a saúde dos cidadãos.

Dados concretos dessa situação demonstram que enquanto em 2002, havia um aposentado para cada nove trabalhadores ativos, a expectativa da ONU é que até 2050 a relação seja de um aposentado a cada quatro trabalhadores formais (ONU, 2002). E, nessa perspectiva, há certo consenso de que o ponto elementar seja, tanto para o setor público quanto para o privado, a manutenção de mecanismos que possam assegurar às pessoas uma vida digna. E, nesse sentido, a Educação Financeira é ferramenta essencial, já que uma vida digna pode advir tanto de uma renda maior, quanto de uma qualidade de gastos mais elaborada, ou mais planejada (FRANÇA e CARNEIRO, 2009).

O limite cronológico proposto pela ONU, em 1982, para o início da chamada terceira idade toma por base a idade da aposentadoria estabelecida na maioria dos países (CARLOS et al, 1999). Assim, torna-se importante compreender a Educação Financeira e sua materialização para tal público.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser classificada como empírico-positivista de caráter exploratório. As pesquisas exploratórias visam permitir a aproximação do pesquisador com o objeto ou fenômeno pesquisado para, de modo geral, embasar uma pesquisa futura mais detalhada (OLIVEIRA, 2003, p. 65). E é dessa forma que a presente pesquisa foi construída, isto é, visando constituir como informação inicial e fundamental para pesquisas e estratégias futuras de intervenção mais específicas e aplicadas.

Quanto à estratégia de pesquisa, foram utilizadas duas diferentes estratégias para abordar, tratar e analisar os dados empíricos no contexto da pesquisa, que são: **Pesquisa bibliográfica**, de forma a possibilitar explicar e discutir o tema e problema propostos, assim como os resultados, e construir a base teórica do estudo; e **Levantamento** que, de acordo com os objetivos definidos para o

estudo, foi empregado para descrever e analisar as relações entre as variáveis investigadas, ou seja, Educação Financeira e Terceira Idade.

Dadas as características da pesquisa proposta, a análise dos dados teve a dimensão quantitativa. Assim, a coleta de dados se deu por meio da aplicação de um Questionário.

O objeto da investigação foram os idosos do município de Peabiru, denominados terceira idade. O público alvo está constituído da seguinte forma:

Faixa Etária	Homens	Mulheres	SOMA	% da População Total
60 a 64 anos	256	300	556	4.1%
65 a 69 anos	200	259	459	3.4%
70 a 74 anos	158	187	345	2.5%
75 a 79 anos	91	127	218	1.6%
80 anos e mais	96	111	207	1.5%
SOMA	801	984	1785	13.1%

Tabela 1 - População da Terceira Idade no Município de Peabiru
Fonte: IBGE, 2010.

Foi calculada uma amostra estatisticamente representativa dessa população, a fim de realizar as entrevistas e coletar os dados para análise. Os parâmetros para a definição da amostra foram de 90% de margem de confiança e de 5% de margem de erro tolerada, para uma expectativa de percentual mínimo de indicação de 10%. Foram assim aplicados e validados 93 questionários. A aplicação ocorreu no primeiro trimestre de 2012, em entrevistas realizadas nas residências dos respondentes.

Os dados foram analisados eminentemente de forma quantitativa. Na dimensão quantitativa, os dados coletados receberam tratamento estatístico, por meio de software (Excel), e realizou-se análises comparativas das variáveis categóricas identificadas por meio dos questionários aplicados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados são abaixo apresentados, após o devido tratamento. Inicialmente, busca-se caracterizar os respondentes. Como pode ser observado no gráfico 1, abaixo, a quantidade de mulheres respondentes foi ligeiramente superior à de homens. Naturalmente, isso coincide com a distribuição da população, conforme apontado na seção de Procedimentos Metodológicos.

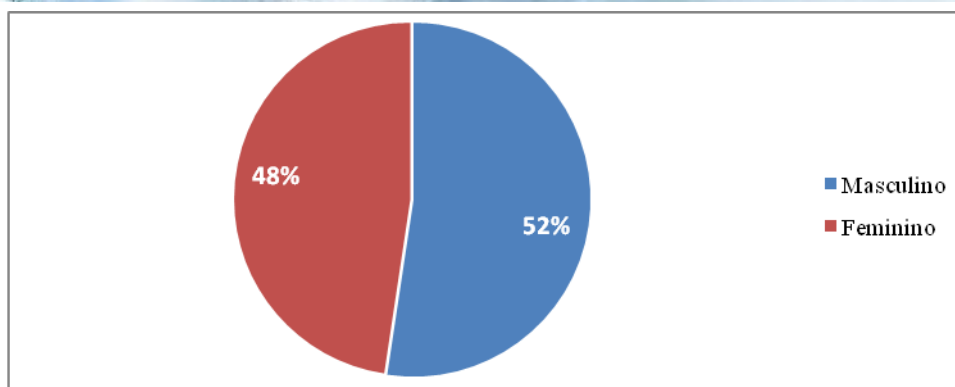


Gráfico 1 - Respondentes por sexo.

Fonte: dados da pesquisa.

Destaca-se na caracterização dos respondentes o baixo nível de educação formal, sendo que quase a metade dos entrevistados informou não ter o ensino fundamental completo (destes, inclusive, alguns se declararam apenas alfabetizados, ou mesmo analfabetos; no entanto, como o instrumento de coleta de dados não previa as categorias alfabetizado e analfabeto, não foram assim categorizados). Se forem somados os respondentes com escolaridade até o fundamental completo, temos quase três quartos dos entrevistados. Por outro lado, verificou-se 5% de entrevistados com nível superior.

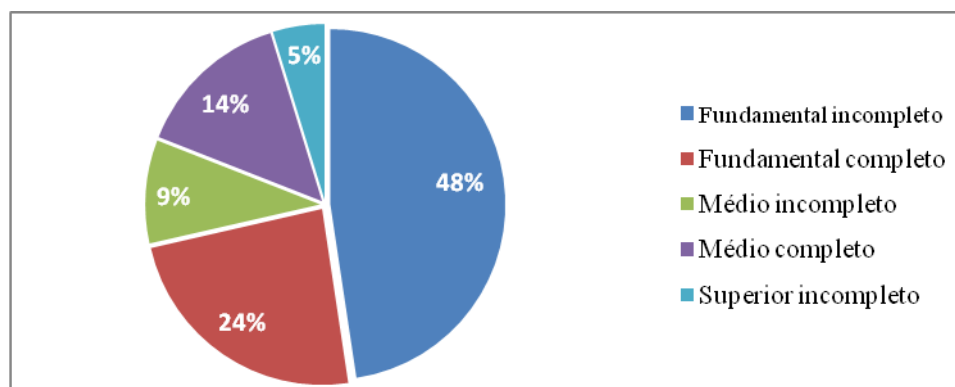


Gráfico 2 - Escolaridade dos Respondentes.

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à renda percebida pelos entrevistados, destaca-se que a maioria dos respondentes dispõem de renda de até 2 salários mínimos. Tal situação se explica por serem, em sua maioria, aposentados do INSS, com parcela significativa sendo segurado especial (ou seja, trabalhadores rurais volantes que se beneficiaram da ampliação da cobertura da seguridade social para tal grupo).

Por outro lado, os que declararam renda superior a quatro salários mínimos correspondem a pouco mais de 4% do total de respondentes.

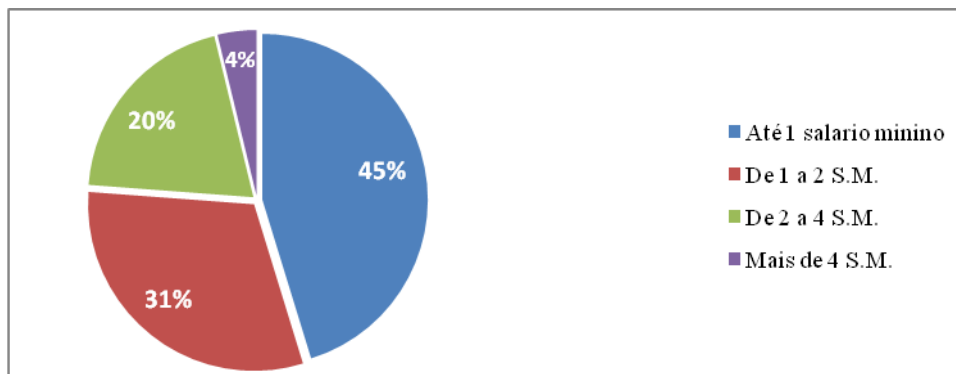


Gráfico 3 - Renda dos Respondentes.
Fonte: dados da pesquisa.

Embora parcela significativa disponha de renda relativamente baixa (até dois salários mínimos), destaca-se que três quartos dos idosos entrevistados reside em casa própria ou de familiares. Os demais 24% se enquadram ou na situação de condôminos (pagando aluguel do imóvel) ou ainda de acolhidos em asilo ou abrigo.

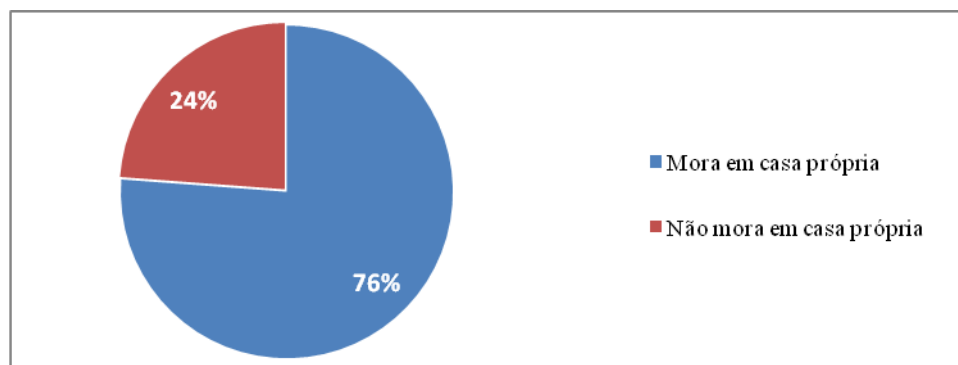


Gráfico 4 - Respondentes segundo o Tipo de Residência.
Fonte: dados da pesquisa.

Considerando que a fonte de renda quase unânime é de aposentadoria, presumiu-se que os idosos recebiam décimo terceiro salário. Assim, foi indagado o principal uso que os mesmos fizeram do último 13o. salário. Destacamos que mais da metade (57%) utilizou esse recurso predominantemente para pagar dívidas anteriormente assumidas. Dentre as dívidas informadas, foram citadas principalmente prestações em lojas, empréstimos bancários e gastos com medicamentos. Cerca de 10% dos respondentes declarou poupar a renda auferida com o décimo terceiro.

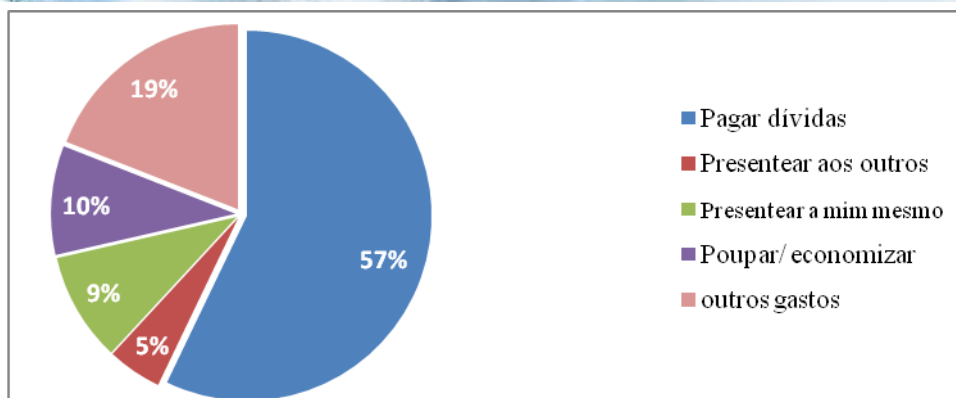


Gráfico 5 - Uso do 13o. Salário.
Fonte: dados da pesquisa.

Os entrevistados foram questionados sobre se consideravam sua renda percebida como suficiente para possibilitar uma vida confortável. Cerca de 64% responderam que sim, sempre ou quase sempre tinham uma vida confortável possibilitada por sua renda. Cerca de 36% disseram o contrário. No entanto, foi quase unânime a percepção de que, no passado, as condições de vida eram piores que atualmente.

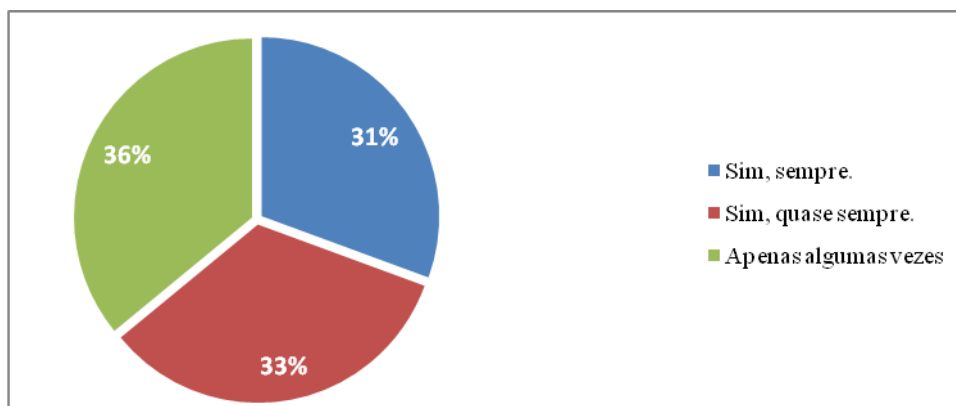


Gráfico 6 - Renda é Suficiente para uma Vida Confortável?
Fonte: dados da pesquisa.

Optou-se ainda por correlacionar gênero e escolaridade. A partir disso, pode-se verificar, como expresso no gráfico 7, que apenas os homens entrevistados declararam ensino superior completo. No entanto, a parcela mais significativa dos homens apresenta baixo grau de escolaridade, conforme denotado abaixo.

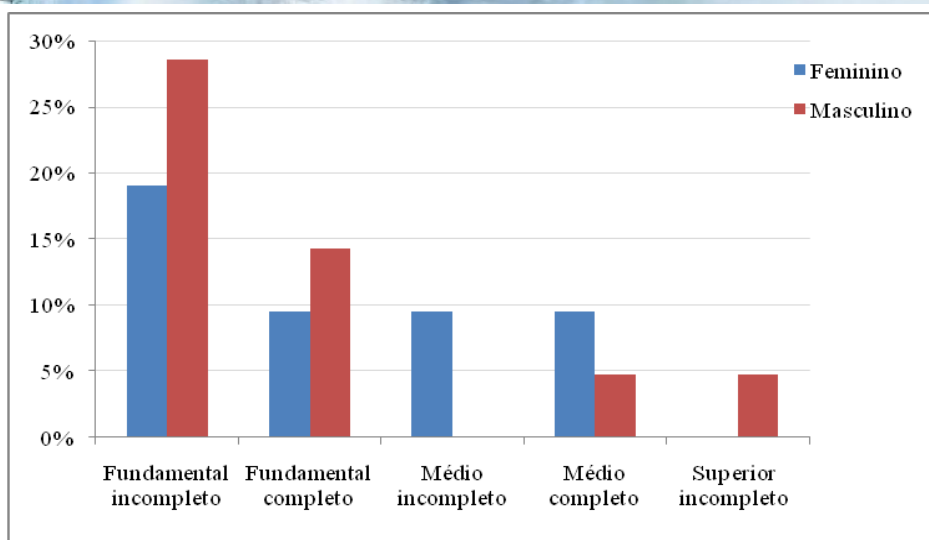


Gráfico 7 - Escolaridade e Gênero.

Fonte: dados da pesquisa.

Ao se comparar a renda de homens e mulheres, percebe-se que os homens têm renda, em média, superior à feminina. Enquanto as mulheres (todas) percebem até dois salários mínimos, parcela considerável dos homens recebe de dois a quatro ou mais de quatro salários mínimos. Observa-se, portanto, que os efeitos da distribuição de renda são influenciados pelo gênero.

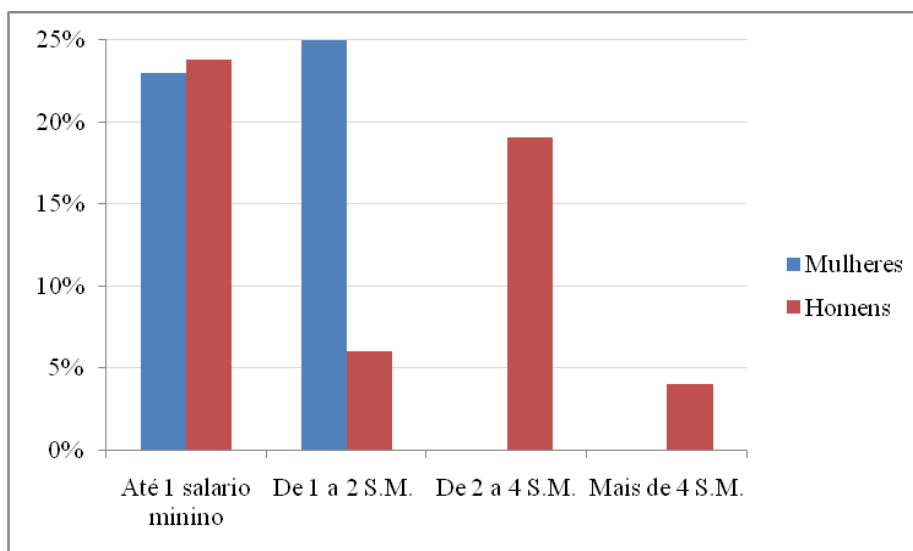


Gráfico 8 - Renda e Gênero.

Fonte: dados da pesquisa.

Confrontando os gastos do décimo terceiro salário, observa-se que apenas os homens pouparam tal renda. No entanto, as mulheres tenderam a presentear-se mais a si próprias. Destaca-se

ainda que as mulheres apresentaram um gasto significativamente maior em pagamento de dívidas, e que os homens não gastaram com presentes para outras pessoas.

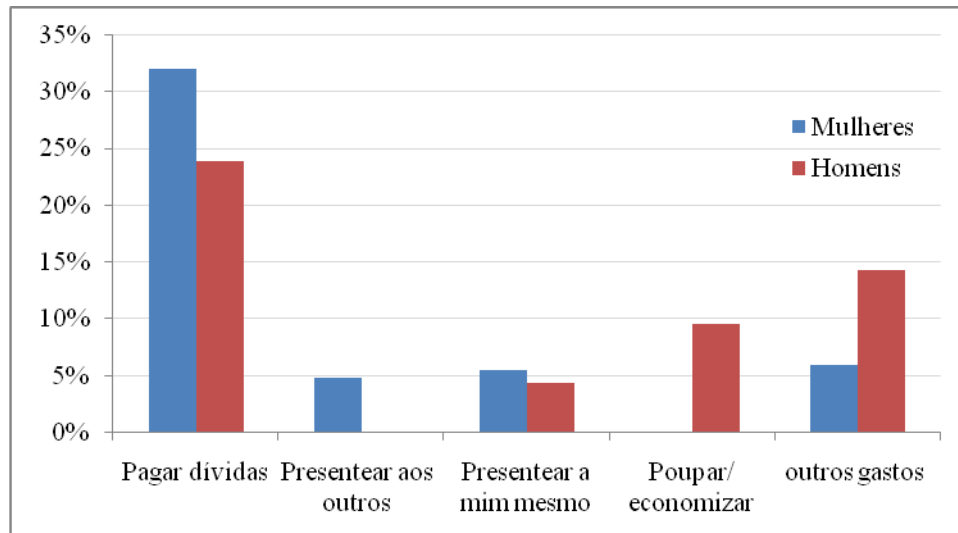


Gráfico 9 - Uso do 13o. e Gênero.
 Fonte: dados da pesquisa.

Ao investigar as diferenças no hábito de poupar entre homens e mulheres, percebeu-se que os homens tendem a poupar com mais frequência que as mulheres. Destaca-se que um elevado percentual de mulheres afirma nunca ou raramente poupar (cerca de 23%).

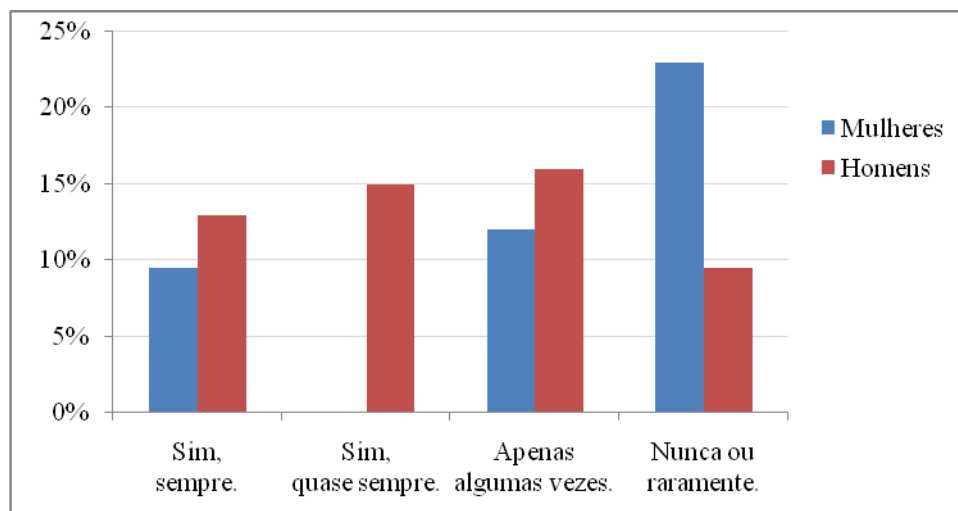


Gráfico 10 - Hábito de Poupar e Gênero.
 Fonte: dados da pesquisa.

Quando se confronta o hábito de poupar com o nível de renda, observa-se que tal comportamento não é exclusividade apenas dos detentores das maiores rendas. Verifica-se que há parcela significativa de respondentes com até 1 salário mínimo de renda que informam poupar sempre

ou com frequência regular. Isso demonstra que o ato de poupar não necessariamente está relacionado ao nível de renda, coroadando a percepção de que, mais importante que o nível de renda, é o perfil de gasto da renda auferida.

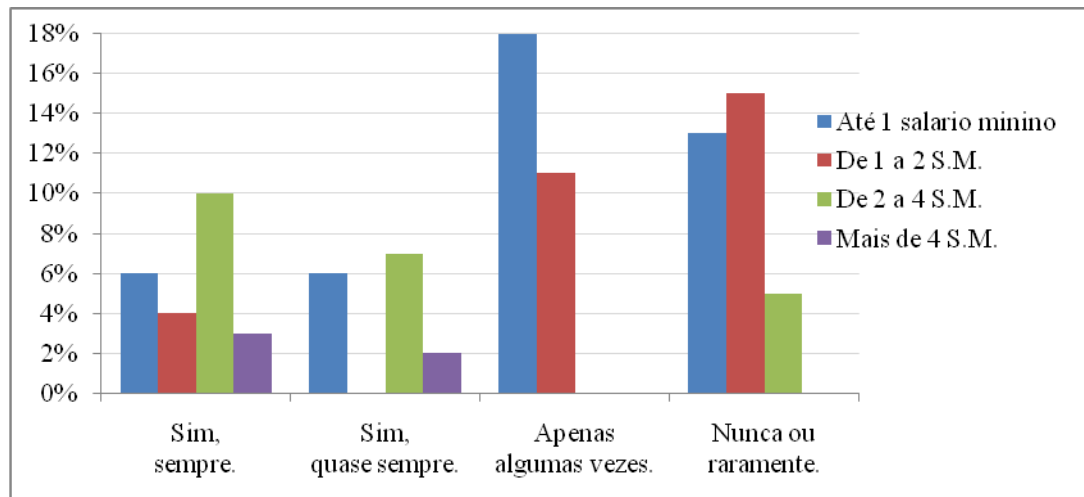


Gráfico 11 - Hábito de Poupar e Renda.

Fonte: dados da pesquisa.

Por outro lado, observa-se que houve respondentes das categorias de renda mais elevada que empregaram o décimo terceiro salário prioritariamente para pagar dívidas. Portanto, mais uma vez se verifica que o ato de poupar não está diretamente relacionado ao nível de renda, mas ao perfil de consumo.

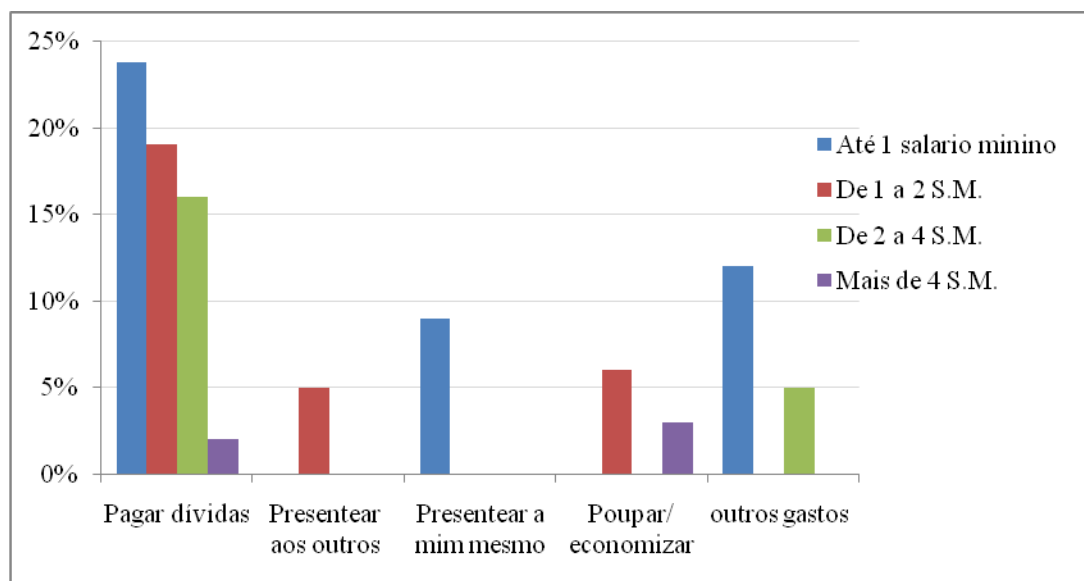


Gráfico 12 - Uso do 13o. salário e Renda.

Fonte: dados da pesquisa.

Destacamos ainda que os detentores de 1 a 2 salários mínimos de renda compreendem a totalidade dos que declararam gastar sua renda com presentes para outras pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigou-se, neste trabalho, detalhes relacionados à Educação Financeira das pessoas idosas do município de Peabiru. Para tanto, foram feitos levantamentos estatísticos, por meio de entrevistas, e pode-se constatar diversas situações relacionadas a finanças e terceira idade no município.

Dentre os principais resultados, podemos destacar alguns. Inicialmente, a grande maioria dos entrevistados tem as seguintes características: possui baixo grau de escolaridade (predominantemente até o ensino fundamental completo), tem renda de até dois salários mínimos (76% dos respondentes), mora em casa própria (também 76% dos entrevistados) e utilizou o último décimo terceiro salário principalmente para pagar dívidas.

Quando se analisa os entrevistados em estratificação por gênero, observa-se que os homens tem, em média, menor escolaridade que as mulheres; no entanto, apenas os homens declararam ter curso superior. Os homens também percebem renda significativamente superior às mulheres. Apenas os homens declararam poupar o décimo terceiro salário, e apenas as mulheres declararam utilizá-lo principalmente para presentear a terceiros. Por fim, o hábito de poupar é mais frequente em homens que em mulheres.

Outra correlação que foi feita diz respeito ao pareamento renda com outras variáveis: o hábito de poupar não está condicionado pela renda, dado que respondentes de todos os níveis de renda declararam ter o hábito de poupar sempre ou quase sempre. Por outro lado, embora os que não poupam nunca são predominantemente os que têm renda de até dois salários mínimos, respondentes com renda superior a dois salários mínimos também declararam não ter o hábito de poupar. Para consolidar a percepção de que poupar não está, para esse grupo, diretamente relacionado ao nível de renda, verificou-se que pessoas com renda superior a dois salários mínimos predominantemente usaram sua renda do décimo terceiro salário para pagar dívidas.

REFERÊNCIAS

CLARK, Robert et al. **The Economics of na Aging Society**. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 2004.

KERN, Denise Teresinha Brandão. Uma Reflexão sobre a Importância de Inclusão de Educação Financeira na Escola Pública. **Dissertação**: Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas – PPGECE. Lajeado: Centro Universitário Univas, 2009.

MUNIZ JR, Ivail. Educação Financeira: conceitos e contextos para o Ensino Médio. In: **X Encontro Nacional de Educação Matemática**. Salvador: SBEM, 2010.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**. 2005.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. (Coordenador) **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINHEIRO, Ricardo Pena. Educação Financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão . In: REIS, Adacir (org). **Fundos de pensão e mercado de capitais**. 1. ed. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <http://www.mps.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2011.

SAITO, André. SAVOIA, José Roberto Ferreira. PETRONI, Luiz M. A Educação Financeira no Brasil sob a Ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **IX Seminário em Administração FEA/USP**. Ago. 2006. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf>. Acesso em 29/03/2011.

SAITO, André. SAVOIA, José Roberto Ferreira. SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro 41(6):1121-41, Nov./Dez. 2007.

SOUZA, A. F.; TORRALVO, C. F. A Gestão dos Próprios Recursos e a Importância do Planejamento Financeiro Pessoal. VII Seminário em Administração FEA/USP. Ago. 2004. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/7semead/>>. Acesso em 29/03/2011.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; CARNEIRO, Verônica Lopes Programas de Preparação para a Aposentadoria: um estudo com trabalhadores mais velhos em Resende (RJ). In: **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. v.12 n.3 Rio de Janeiro 2009.

Organização das Nações Unidas - ONU. **Population Ageing-2002**. Population Division, Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations; 2002.

CARLOS, Sergio Antonio et Al. Identidade, aposentadoria e terceira idade. In: **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**. Porto Alegre: UFRGS, v. 1, p. 77-89, 1999.